

**Ciclo de Estudos de Mestrado em Ciências do Consumo e Nutrição
da Faculdade de Ciências e da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da
Universidade do Porto**

REGULAMENTO

Artigo 1.º

Concessão do grau de Mestre

A Universidade do Porto, através da Faculdade de Ciências e da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, confere o grau de Mestre em Ciências do Consumo e Nutrição aos alunos que tenham obtido aprovação no curso de especialização e na dissertação de natureza científica.

Artigo 2.º

Enquadramento jurídico

O presente regulamento visa desenvolver e complementar o regime jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, e demais legislação aplicável, no que diz respeito aos cursos de segundo ciclo, bem como o "Regulamento geral dos cursos de segundo ciclo da Universidade do Porto".

Artigo 3.º

Objectivos

1 – São objectivos gerais do Ciclo de Estudos de Mestrado em Ciências do Consumo e Nutrição proporcionar as seguintes competências fundamentais:

- a) Possuir conhecimentos aprofundados numa determinada área científica, com recurso à actividade de investigação, de inovação ou de aprofundamento de competências profissionais;
- b) Capacidade de compreensão e de resolução de problemas em situações novas ou em contextos alargados e multidisciplinares, seja para a prática da investigação, seja para o exercício de uma actividade profissional especializada;
- c) Capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolver soluções ou emitir juízos em situações de informação limitada ou incompleta, incluindo reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;
- d) Ser capaz de comunicar as suas conclusões, os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma clara e sem ambiguidades;
- e) Competências que lhes permitam uma aprendizagem autónoma ao longo da vida.

2 – São objectivos específicos do Ciclo de Estudos de Mestrado em Ciências do Consumo e Nutrição proporcionar as seguintes competências:

- a) Capacidade de pensamento crítico sobre os novos paradigmas do consumo alimentar;
- b) Conhecimentos sobre os actuais determinantes do consumo alimentar e respectivas repercussões para o desenvolvimento da tecnologia alimentar e o desenvolvimento de novos produtos;
- c) Conhecimentos para participar na tomada de decisão dos processos de criação, desenvolvimento e implementação de novos produtos, bem como para participar na adaptação de produtos existentes no mercado;
- d) Conhecimentos para intervir nas actividades de processamento, de distribuição/consumo dos alimentos;

- e) Capacidades de motivação dirigida para a modificação de atitudes e de comportamentos definindo acções que conduzam a práticas de produção e de consumo sustentáveis;
- f) Capacidades de motivação dirigida para a modificação de atitudes e de comportamentos, definindo acções que conduzam a práticas de consumo alimentar saudáveis;
- g) Capacidade de concepção e implementação de projectos de investigação na área do consumo alimentar.

Artigo 4º

Direcção e coordenação do curso de mestrado

1 – O ciclo de estudos terá um director e será coordenado por uma comissão científica e acompanhado por uma comissão de acompanhamento.

2 – O ciclo de estudos será dirigido por um professor catedrático, um professor associado ou, excepcionalmente, um professor auxiliar, que presidirá à comissão coordenadora constituída, por quatro professores ou investigadores doutorados, sendo dois professores da FCNAUP e outros dois professores da Secção Autónoma de Engenharia das Ciências Agrárias da FCUP.

3 – A comissão coordenadora referida no número anterior será nomeada pelos Directores das respectivas faculdades, ouvidos os Grupos ou Secção Autónoma envolvidos, sendo o seu presidente eleito entre os membros da comissão, por um período de dois anos, renovável.

4 – O coordenador, nas suas faltas ou impedimentos, poderá delegar as suas funções noutro membro da comissão de coordenação do mestrado.

5 – A comissão de acompanhamento do curso é constituída por dois docentes ou investigadores e por dois alunos do curso.

a) Os docentes ou investigadores são nomeados pelos Directores das respectivas faculdades, ouvidos os Grupos ou Secção Autónoma envolvidos.

b) Os alunos são eleitos pelos seus pares, em listas de dois elementos mais dois suplentes, de acordo com o método de Hondt.

6 – As competências do Director, da comissão científica e da comissão de acompanhamento do curso são as descritas no artigo 4.º do “Regulamento geral dos cursos de segundo ciclo da Universidade do Porto”.

Artigo 5º

Regras sobre a admissão ao ciclo de estudos

As regras sobre a admissão ao ciclo de estudos, nomeadamente as condições de natureza académica e curricular, as condições de candidatura, os critérios de selecção e seriação, bem como o processo de fixação e divulgação das vagas e dos prazos de candidatura são da responsabilidade dos Directores das Faculdades, ouvida a comissão científica do curso, e devem ser conhecidas com, pelo menos, seis meses de antecedência relativamente à data de abertura das candidaturas à frequência do ciclo de estudos.

Artigo 6º

Estrutura do ciclo de estudos

1 – O ciclo de estudos tem 120 créditos, uma estrutura semestral e tem uma duração normal de quatro semestres curriculares de trabalho dos alunos, quando em regime de tempo integral.

2 – O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre integra:

- a) Um curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares, definidas no plano de estudos anexo a este Regulamento, denominado curso de mestrado, a que corresponde um mínimo de 60 créditos do ciclo de estudos;
- b) Uma dissertação de natureza científica, original e especialmente realizados para este fim, a que correspondem 60 créditos do total dos 120 créditos do ciclo de estudos.

Artigo 7º

Regime de Frequência e de Avaliação

1 – O regime de frequência e de avaliação de cada unidades curricular será definida na “ficha de disciplina” e obedecerá às normas gerais em vigor. O resultado da avaliação será expresso na escala numérica de zero a vinte valores.

2 – Considera-se aprovado numa unidade curricular o aluno cuja nota final de avaliação seja igual ou superior a dez valores.

Artigo 8º

Regime de precedências

Não existem precedências no curso de mestrado em Ciências do Consumo e Nutrição.

Artigo 9º

Regime de prescrição

Um aluno não se pode inscrever mais de duas vezes nas unidades curriculares do curso de mestrado. A segunda inscrição está condicionada pelo funcionamento de uma nova edição do mestrado e carece da autorização do Director do curso.

Artigo 10º

Orientação da dissertação

1 – A elaboração da dissertação deve ser orientada por professor ou investigador da Universidade do Porto ou por doutor ou especialista de mérito reconhecido pelo órgão competente da unidade orgânica, ouvida a comissão científica do curso, na área científica da dissertação, nacional ou estrangeiro.

2 – A nomeação do orientador e do co-orientador, caso exista, será feita pelos Presidentes dos Conselhos Científicos de ambas as Faculdades, sob proposta da comissão científica do curso, depois de ouvidos o estudante de mestrado e o orientador a nomear.

3 – A nomeação referida no n.º anterior tem de ser concretizada até trinta dias após a data em que o aluno complete a realização de unidades curriculares que totalizem 60 créditos.

Artigo 11º

Apresentação da dissertação

1 – Dentro do prazo fixado no “Regulamento geral dos cursos de segundo ciclo da Universidade do Porto” deverá dar entrada no Órgão Competente da Faculdade que estiver a gerir o programa nessa edição um exemplar da dissertação, em forma provisória, e o requerimento de submissão às provas.

2 – No prazo de dez dias úteis, após a data do envio da informação do despacho de nomeação do júri das provas, deverá o aluno providenciar para que sejam entregues no Órgão Competente da

Faculdade que estiver a gerir o programa nessa edição, os exemplares da dissertação, para os membros do júri.

3 – Após realização das provas os candidatos aprovados deverão entregar no Órgão Competente da Faculdade que estiver a gerir o programa nessa edição, três exemplares, na forma definitiva, da dissertação, devidamente certificadas pelo Presidente do júri. Não serão passadas certidões ou cartas magistrais sem terem sido entregues as teses definitivas.

Artigo 12º Provas públicas

A composição, nomeação e funcionamento do júri, bem como os prazos e regras para a realização do acto público regem-se pelo o preceituado no Regulamento Geral dos Cursos do Segundo Ciclo da Universidade do Porto.

Artigo 13º Processo de atribuição da classificação final

1 – O grau de mestre é atribuído com uma classificação final, expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, com o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações, incluindo o percentil relativo aos últimos três anos.

2 – A classificação final é calculada pela média ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que constituem o plano de estudos e no acto público de defesa da dissertação, ponderação essa em função dos créditos de cada unidade curricular – sendo a dissertação considerada como uma unidade curricular neste caso.

3 – As classificações quantitativas finais são acompanhadas de menções qualitativas com quatro classes:

- a) 10 a 13 – Suficiente;
- b) 14 e 15 – Bom;
- c) 16 e 17 – Muito bom;
- d) 18 a 20 – Excelente.

Conforme o previsto no Art.º 17º do Dec.-Lei nº 42/2005, de 22 de Fevereiro:

Artigo 14º Diploma do curso de mestrado

1 – O curso de mestrado (especialização correspondente ao conjunto organizado de unidades curriculares e com o mínimo de 60 créditos), com denominação de Curso de Especialização de 2.º Ciclo em Ciências do Consumo e Nutrição, é titulado por um diploma conjunto emitido pela Faculdade de Ciências e pela Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, da Universidade do Porto.

2 – A classificação do curso de mestrado é obtida através da média ponderada das unidades curriculares que a constituem, aplicando os coeficientes definidos no artigo anterior.

3 – A emissão do diploma a que se refere o número anterior obedece ao Regulamento Geral dos Cursos do Segundo Ciclo da Universidade do Porto.

Artigo 15º

Propinas

O valor das propinas será fixado pelo Senado da Universidade do Porto com base em proposta conjunta dos Conselhos Directivos da Faculdade de Ciências e da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, de acordo com o definido no artigo 27º do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março.

Artigo 16º

Casos omissos

As situações não contempladas neste Regulamento seguem o preceituado no Regulamento Geral dos Cursos do Segundo Ciclo da Universidade do Porto e no Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, e demais legislação aplicável, sendo os casos omissos decididos por despacho do Reitor, sob proposta da comissão científica do curso.

Artigo 17º

Entrada em vigor

O plano do Ciclo de Estudos de Mestrado em Ciências do Consumo e Nutrição entra em vigor logo que aprovado e publicitado nos termos legais.